Reclamamos justiça, efetivação dos nossos direitos e respeito por horário de trabalho

ABAIXO-ASSINADO DIRIGIDO AO GOVERNO; PETIÇÃO À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor Primeiro-Ministro e Senhores/as Ministros/as
Senhores/as Deputados/as

Somos professores/as e educadores/as; cumprimos os nossos deveres profissionais; esforçamo-nos para não deixar alunos/as para trás; empenhamo-nos na atividade que desenvolvemos, seja presencial ou, excecionalmente, a distância. É legítimo exigirmos respeito e é justo sermos respeitados nos nossos direitos e condições de trabalho, pelo que reclamamos:

- A **recuperação de todo o tempo de serviço** que cumprimos e o **fim das vagas** aos 5.º e 7.º escalões porque temos direito à carreira que o ECD consagra;
- O **fim das quotas na avaliação** porque temos o direito a ser avaliados com justiça;
- Um **regime específico de aposentação** porque temos o direito a terminar a atividade profissional num tempo justo;
- A **eliminação da precariedade** porque temos o direito a trabalhar e viver com estabilidade;
- O **fim dos abusos e ilegalidades nos horários** de trabalho que os prolongam muito para além dos limites legais.

Nós, os/as subscritores/as, docentes de estabelecimentos públicos de educação e ensino, manifestamos, ainda, **discordância com o processo de municipalização** que se pretende impor e defendemos a r**evisão da gestão das escolas**, no sentido da sua democratização e de garantir a participação de todos/as nas tomadas de decisão.

Por último, ao bloquear o diálogo e a negociação, o Ministério da Educação assume-se como principal responsável pelo arrastamento dos problemas. Exigimos que altere essa atitude antidemocrática.